



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS  
Rua Dona Maria Câmara, 1884 - Bairro Capim Macio, Natal/RN, CEP 59082-430  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.semarh.rn.gov.br

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 18/2023

Processo nº [02310024.003546](#)/2023-15

Unidade Gestora: COMEAS

### ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DO SERIDÓ – CIM SERIDÓ, VISANDO A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA SUB-CÉLULA 1A DA PRIMEIRA ETAPA DO ATERRO SANITÁRIO DE CAICÓ.

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.241.739/0001-05, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Governadora **MARIA DE FÁTIMA BEZERRA**, brasileira, solteira, professora, portadora do documento de Identidade nº 285.404 SSP/RN e do CPF nº 160.257.334-49, com a interveniência da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS (SEMARH)**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.066.896/0001-74, com endereço à Rua Dona Maria Câmara, nº 1884, Capim Macio, Natal/RN, CEP 59.082-430, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado **PAULO LOPES VARELLA NETO**, brasileiro, inscrito no RG sob o nº 166.951 SSP/RN, no CPF/MF nº 136.777.214-15 e Matrícula nº 153.857-8, doravante denominado **PRIMEIRO PARTÍCIPE**; o **MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 08.096.570/0001-39, com sede na Avenida Coronel Martiniano, 993, centro, Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS**, inscrito no RG sob o nº 2.580.272 SSP/RN e no CPF nº 092.998.714-09, doravante denominada **SEGUNDO PARTÍCIPE**; e **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DO SERIDÓ/RN – CIM SERIDÓ**, pessoa jurídica de direito público com CNPJ nº 15.605.955/0001-40, com endereço na Av. Teotônio Freire, nº 346-460, Bairro Manoel Salustino – Currais Novos/RN, neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. **SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Serra Negra do Norte/RN, inscrito no RG sob o nº 1.929.301 SSP/RN e no CPF nº 009.324.144-51, doravante denominado **TERCEIRO PARTÍCIPE**, considerando o constante no processo nº [02310024.003546](#)/2023-15, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições::

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo estabelecer condições de cooperação mútua entre os Partícipes para execução das obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do **ATERRO SANITÁRIO DE CAICÓ**, para beneficiar as populações de 26 (vinte e seis) municípios que integram a regionalização estabelecida no Plano Estadual de Resíduos Sólidos para as regiões do Seridó, contemplando a gestão de resíduos sólidos, de modo a garantir a cerca de 300 mil habitantes a destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares.

1.2. Em conformidade com as diretrizes no plano de trabalho anexo e demais documentos integrantes do Processo nº [02310024.003546](#)/2023-15 (SISTEMA SEI/RN).

1.3. **PARÁGRAFO ÚNICO:** As estruturas que deverão ser implantadas para funcionalidade da Sub-Célula 1A do projeto do Aterro Sanitário de Caicó:

- I - Via de acesso, ligando a área do Aterro Sanitário à RN 288;
- II - Cerca de contorno e portões;
- III - Via de acesso interna;
- IV - Portaria;
- V - Balança;
- VI - Prédio da Administração;
- VII - Sub-Célula 1A (contemplando os sistemas de drenagem de chorume, gases e águas pluviais);
- VIII - Lagoas de Chorume.

#### 2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPE

##### 2.1. São obrigações do PRIMEIRO PARTÍCIPE:

2.1.1. Ceder ao Segundo e ao Terceiro Partícipe o projeto do aterro sanitário de Caicó para a sua execução, constando de projeto técnico (aterro sanitário e estruturas acessórias) e complementares (sondagens, fundações, estrutural, elétrico, hidráulico, sanitário, drenagem e proteção contra incêndio);

2.1.2. Realizar o acompanhamento técnico das obras de implantação da Sub-Célula 1ª, da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;

2.1.3. Garantir a presença dos demais partícipes em todas as publicidades institucionais, placas de obras e documentos referentes a execução das

obras da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó; e

2.1.4. Disponibilizar condições para cessão da Licença de Instalação (IDEMA nº [2020-154684/TEC/LI-0091](#)) do aterro sanitário de Caicó ao Segundo Partícipe, em condições de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa.

**2.2. São obrigações do SEGUNDO PARTÍCIPE:**

2.2.1. Elaborar o Plano de Trabalho, com o apoio técnico do Terceiro Partícipe, relativo aos objetivos desse Acordo de Cooperação Técnica;

2.2.2. Adequar o orçamento elaborado pela SEMARH, com vistas a licitação da implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;

2.2.3. Licitar e executar as obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;

2.2.4. Receber e administrar os recursos financeiros, via transferência especial do orçamento da União, para a execução do objeto do Acordo de Cooperação Técnica;

2.2.5. Submeter à SEMARH qualquer proposta de alteração do Projeto do aterro sanitário de Caicó, que somente poderá ser efetivada após a aprovação pelo Primeiro Partícipe e do IDEMA;

2.2.6. Supervisionar a execução das obras da implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa aterro sanitário de Caicó;

2.2.7. Garantir a presença dos demais partícipes em todas as publicidades institucionais, placas de obras e documentos referentes a execução das obras da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;

2.2.8. Assegurar ao Estado do Rio Grande do Norte, através da SEMARH, o acompanhamento técnico da execução das obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa aterro sanitário de Caicó;

2.2.9. Ficar responsável pela solicitação do pedido de Autorização de Supressão de Vegetação, via SINAFLOR, antes de realizar qualquer intervenção na área do empreendimento;

2.2.10. Atender a todas as condicionantes da Licença de Instalação (IDEMA nº [2020-154684/TEC/LI-0091](#)) do aterro sanitário de Caicó, com o apoio do terceiro partícipe, sem nenhum prejuízo ao primeiro partícipe.

**2.3. São obrigações do TERCEIRO PARTÍCIPE:**

2.3.1. Disponibilizar a área do terreno do aterro sanitário, para uso coletivo, cuja imissão provisória na posse foi concedida ao Consórcio, através de decisão judicial, nos autos do Processo de Desapropriação nº 0101897-03.2018.8.20.0101, ainda em trâmite;

2.3.2. Garantir a presença dos demais partícipes em todas as publicidades institucionais, placas de obras e documentos referentes a execução das obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;

2.3.3. Contribuir para a operacionalização da plataforma eletrônica, em especial, para a prestação de contas dos recursos aplicados.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO**

3.1. As atividades decorrentes do presente Acordo serão executadas fielmente pelos partícipes, de acordo com suas cláusulas e Plano de Trabalho preliminarmente aprovado, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Subcláusula única: As ações relacionadas à execução das atividades do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica dar-se-ão conforme cronograma de execução, preliminarmente acordado entre os partícipes.

**4. CLÁUSULA QUARTA– DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem vigência pelo prazo de 720 (setecentos e vinte) dias ou até a conclusão da obra, o que ocorrer primeiro, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado, a critério dos partícipes, por Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, em até 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DA MODIFICAÇÃO**

5.1. O presente instrumento poderá a qualquer tempo ser modificado, exceto quanto ao seu Objeto, mediante Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado por um dos partícipes previamente e por escrito, devendo em qualquer caso haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

**6. CLÁUSULA SEXTA– DA DENÚNCIA**

6.1. Este Acordo de Cooperação Técnica poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos PARTÍCIPEs, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados os compromissos financeiros entre os PARTÍCIPEs, creditando, igualmente, os benefícios adquiridos no período.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA– DA RESCISÃO**

7.1. A rescisão decorrerá do descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste Minuta de Acordo de Cooperação Técnica, devendo o PARTÍCIPE que se julgar prejudicado notificar o outro PARTÍCIPE para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

7.1.1. Prestados os esclarecimentos, os PARTÍCIPEs deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do Minuta de Acordo de Cooperação Técnica.

7.1.2. Decorrido o prazo para esclarecimento, caso não haja resposta, o Minuta de Acordo de Cooperação Técnica será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais.

**8. CLÁUSULA OITAVA– DOS RECURSOS FINANCEIROS**

8.1. A execução do objeto será financiada por meio de transferência especial do orçamento da União firmado para o Segundo Partícipe, que será o responsável pela sua aplicação, não cabendo aos demais partícipes responsabilidades sobre os mesmos.

8.2. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

8.3. O acompanhamento da execução das obras decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica será prestado em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

#### 9. CLÁUSULA NONA– DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS PELA SEMARH

9.1. Fica assegurado à SEMARH o direito de livre acesso da equipe técnica da SEMARH à obra, a fim de acompanhar a execução dos serviços no município de Caicó/RN. Os PARTÍCIPIES facilitarão entre si os meios suficientes e necessários para o acompanhamento das obras da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó.

9.2. A SEMARH irá participar de reuniões técnica com a Prefeitura de Caicó, o CIM-SERIDÓ e com a equipe de execução da obra, objetivando transferência de conhecimentos;

9.3. A fim de exercer o acompanhamento do objeto, a SEMARH designará os servidores Sérgio Bezerra Pinheiro, matrícula n.º 90842-8 e André Luiz Bezerra da Silva, matrícula n.º 216472-8, conforme PORTARIA-SEI Nº 62, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 22/09/2023, que serão responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Se houver necessidade de substituição do servidor responsável pelo acompanhamento do objeto do presente Acordo de Colaboração, esta será feita mediante publicação de Portaria com os devidos fins, não sendo necessária a formalização de um termo aditivo para tanto.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1. A eficácia deste Acordo de Cooperação Técnica e de seus eventuais aditivos fica condicionada à publicação pelo primeiro partícipe do respectivo Extrato no Diário Oficial do Estado (DOE), bem como pelo segundo e terceiro partícipes, no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (DOMRN/FEMURN), até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura., conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As questões decorrentes da execução do presente Minuta de Acordo de Cooperação Técnica e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Natal, renunciando os partícipes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

#### PELO PRIMEIRO PARTÍCIPE

**MARIA DE FÁTIMA BEZERRA**  
Governadora

**PAULO LOPES VARELLA NETO**  
Secretário de Estado/SEMARH

#### PELO SEGUNDO PARTÍCIPE:

**JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS**  
Prefeito de Caicó/RN

#### PELO TERCEIRO PARTÍCIPE:

**SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS**  
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região do Seridó/RN



Documento assinado eletronicamente por **JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS**, Usuário Externo, em 21/09/2023, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO LOPES VARELLA NETO**, Secretário de Estado, em 21/09/2023, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO FERNANDES DE MEDEIROS**, Usuário Externo, em 22/09/2023, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA BEZERRA**, Governadora, em 23/10/2023, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **22417264** e o código CRC **404D1390**.

#### ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

# PLANO DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SEM REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS

## DADOS CADASTRAIS

Órgão/ Entidade – <b>PRIMEIRO PARTÍCIPE</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS (SEMARH)</b>					
Endereço: Rua Dona Maria Câmara, nº 1884, Capim Macio.					
Cidade: NATAL	U.F: RN	C.E.P: 59.082-430			Telefone <a href="tel:(84)32"> (84)32</a>
Nome do Responsável <b>PAULO LOPES VARELLA NETO</b>					
R.G./Órgão Expedidor: 166.951/SSP/RN		Função: SECRETÁRIO DE ESTADO			

Órgão/ Entidade - <b>SEGUNDO PARTÍCIPE</b> <b>MUNICÍPIO DE CAICÓ</b>		<b>CNPJ nº 08.096.570/0001-39</b> Esfera Administrativa: Municipal			
Endereço: Avenida Coronel Martiniano, 993, Centro.					
Cidade: CAICÓ	U.F. RN	C.E.P. 59.300-000	Telefone <a href="tel:(84)3421-2280"> (84)3421-2280</a>	E-mail: <a href="mailto:gabinete@caico.rn.gov.br">gabinete@caico.rn.gov.br</a>	
Nome do Responsável <b>JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS</b>			C.P.F. do Dirigente 092.998.714-09		
R.G./Órgão Expedidor 2.580.272/SSP/RN		Função: PREFEITO	Mandato: 2021-2024		

Órgão/ Entidade - <b>TERCEIRO PARTÍCIPE</b> <b>CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DO SERIDÓ/RN</b>			<b>CNPJ 15.605.955/0001-40</b> Esfera Administrativa: Municipal		
Endereço: Avenida Teotônio Freire, 346 – JK – Manoel Salustino					
Cidade: CURRAIS NOVOS	U.F. RN	C.E.P. CEP: 59.380-000	Telefone (84) 99928-5944	E-mail: <a href="mailto:cim.serido@gmail.com">cim.serido@gmail.com</a>	
Nome do Responsável <b>SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS</b>			C.P.F. do Dirigente 009.324.144-51		
R.G./Órgão Expedidor 1.929.301/SSP/RN		Função: PRESIDENTE	Mandato: 2023-2024		

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

**TÍTULO:** Execução das obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do ATERRO SANITÁRIO DE CAICÓ, para beneficiar as populações de 26 municípios que integram a regionalização estabelecida no Plano Estadual de Resíduos Sólidos para as região do Seridó, contemplando a gestão de resíduos sólidos a garantir a cerca de 300 mil habitantes a destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares.

**PROCESSO nº:** [02310024.003546/2023-15](#)

**ESPÉCIE:** Acordo de Cooperação Técnica.

**PARTÍCIPE:** SEMARH, CIM - SERIDÓ e Prefeitura de Caicó/RN.

**Duração:** 720 (setecentos e vinte) dias ou até a conclusão da obra.

### 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente projeto contempla todas as ações necessárias para executar as obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do ATERRO SANITÁRIO DE CAICÓ, bem como das estruturas que deverão ser implantadas para dar funcionalidade ao objeto, quais sejam:

- Via de acesso, ligando a área do Aterro Sanitário à RN 288;
- Cerca de contorno e portões;
- Via de acesso interna;
- Portaria;
- Balança;
- Prédio da Administração;
- Sub-Célula 1A (contemplando os sistemas de drenagem de chorume, gases e águas pluviais);
- Lagoas de Chorume.

### 3. DIAGNÓSTICO

A produção de resíduos sólidos no Brasil cresce em ritmo mais acelerado do que a população urbana, tendo a pandemia afetado diretamente a geração que passou a ser mais concentrada nos domicílios, como mostra o mais recente Panorama dos Resíduos Sólidos, realizado em 2021,<sup>1</sup> através de estudo feito pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Por este levantamento, os brasileiros geraram em 2020, cerca de 82,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) ou 225.965 toneladas diárias. Isso significa que, em média, cada brasileiro gerou pouco mais de 1,07 kg de resíduos por dia. Um aumento significativo quando comparado com os dados apurados no panorama de 2018/2019 onde se apurou uma geração de 79 milhões de toneladas. Destaca-se que no mesmo período, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população cresceu em torno de 0,40%.

Ainda de acordo com o Panorama da ABRELPE, 60% dos resíduos gerados foram dispostos em aterros sanitários em 2020, totalizando um montante de 46 milhões de toneladas depositados e o restante dos resíduos, 40%, foram despejados em locais inadequados, totalizando um 30.277.390 toneladas por ano. Ou seja, o destino de 30 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos ainda são lixões ou aterros controlados, que não possuem um conjunto de medidas necessários para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente contra danos e degradações.

No Rio Grande do Norte essa realidade não é diferente. No ano de 2010 estimou-se que ocorreu uma produção de 844.245 toneladas de resíduos, ou seja, uma média de 2.712,26 toneladas de resíduos sólidos domiciliares gerados por dia, período da realização do diagnóstico inserido no Plano Estadual de Resíduos Sólidos, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, apontou também que para os 167 municípios do Estado, apenas 9 (nove) encaminhavam seus resíduos de forma adequada para aterro sanitário, considerando que 92,76% destinavam para lixões.

Os lixões causam graves problemas de ordem sanitária, ambiental e social, como a poluição do solo, ar, água, e ainda ocasiona impactos negativos à saúde pública. Esses problemas estão associados à falta de recursos, mecanismos e procedimentos que garantam informações e participação da sociedade nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

Atualmente, após da atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através do programa Lixo Negociado, houve um aumento do número de Municípios do RN que passaram a destinar seus resíduos para aterro sanitário, especialmente aqueles que se encontram num raio de 100 Km de distância dos aterros em operação no Estado, pois foram impulsionados a firmar compromisso de transportar seus resíduos para uma destinação ambientalmente adequada.

Assim, contamos não somente com 9 (nove), mas com 24 (vinte e quatro) Municípios que estão destinando resíduos sólidos urbanos para aterros sanitários em operação no Estado, são eles: Natal, Mossoró, Parnamirim, Macaíba, Ielmo Marinho, Bom Jesus, Jundiá, Várzea, Equador, São Pedro, Vera Cruz, Ceará- Mirim, Taipu, Guamaré, Jardim de Angicos, Extremoz, Maxaranguape, Touros, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, Lajes, São Bento do Norte, Upanema e Tenente Ananias.<sup>2</sup>

Os demais Municípios do Estado, ou seja, aqueles que distam mais 100Km de aterros em operação, foram impulsionados a assinar acordos para mitigar a situação de suas áreas de disposição final e passaram a operar aterros controlados. É o caso da maioria dos Municípios do Seridó com exceção de Equador que está próximo de aterros em operação na PB e decidiu enviar seus resíduos para aterro em operação no Estado vizinho.

Apesar de não ser uma solução permitida pela legislação, os aterros controlados se mostram como soluções práticas e que de fato mitigam os impactos ambientais na área, especialmente quando verificamos que eles servem somente para depósito de rejeitos como verificado em Acari e Santana do Seridó. Ademais, é importante destacar que todos os Municípios da região dão destinação adequada aos resíduos de saúde e estão trabalhando para reduzir e desviar a quantidade de resíduos que hoje chega às áreas de disposição final.

Ocorre que nem todos os Municípios consorciados dispõem de área própria para o manejo controlado dos resíduos sólidos e alguns deles, como é o caso no Município de Caicó, possui uma área hipersaturada e com espaço reduzido que impossibilita o recobrimento através de valas.

Nesse sentido, temos a Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), e tem como uma de suas principais metas, a erradicação dos lixões, dando lugar aos aterros sanitários, com vistas a destinar apenas o rejeito, ou seja, o que sobrou de resíduo depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos disponíveis.

O artigo 54, após alteração de sua redação pela Lei nº 14.026/2020, dilatou o prazo para erradicação dos lixões até agosto de 2024, sendo de total interesse do Consórcio e dos Municípios consorciados a busca de uma solução definitiva para a destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos da região.

Nesse sentido, o Estado do Rio Grande do Norte, através da SEMARH, elaborou o Plano Intermunicipal do Seridó e projetou a construção de um sistema coletivo de aterro sanitário para atender os Municípios da região.

Há expectativa de que o sistema coletivo seja construído, através do Convênio nº [0671/2011](#), celebrado entre a FUNASA e a SEMARH, com a interveniência do Governo do Estado e do Consórcio, no entanto, diante do cenário atual, de incertezas quanto à execução do convênio, o Consórcio e o Município de Caicó buscaram recursos com o Senado Federal e conseguiram uma emenda especial com vistas a construir a primeira célula do aterro sanitário de Caicó.

Após tratativas com SEMARH, responsável e detentora dos projetos do aterro sanitário, chegou-se à conclusão de que o acordo de cooperação seria o instrumento juridicamente adequado para tal objetivo e assim, em regime de cooperação, SEMARH, Município de Caicó e CIM SERIDÓ uniram esforços para a consecução de objetivos comuns, em especial, construir e dar funcionalidade à primeira célula do aterro de Caicó a fim de solucionar a problemática da destinação final dos resíduos sólidos gerados pelos Municípios do Seridó.

#### 4. ABRANGÊNCIA

A área total do aterro sanitário se localiza na zona rural do Município de Caicó, próximo à divisa com o Município de São José do Seridó/RN, na margem esquerda da RN-288, sentido São José, nas seguintes coordenadas projetadas em UTM (Datum WGS 1984 – Zona 24 S): 727798,93 mE/ 9285900,19 mS, distando cerca de 17,4 quilômetros da Cidade de Caicó e 7,8 quilômetros da cidade de São José do Seridó, abrangendo uma área total de 35,66 ha e perímetro de 2.597,40 metros.

O acordo, portanto, se propõe a construir parte da área, mais especificamente a Sub-Célula 1A e todas as infraestruturas necessárias para promover a funcionalidade do objeto. Considerando que se trata de um projeto de âmbito regional, nota-se que o público beneficiado não se limitará somente à população do Município de Caicó, mas sobretudo beneficiará todos os Municípios da região do Seridó e que estão consorciados ao CIM SERIDÓ.

#### 5. JUSTIFICATIVA

O acordo de cooperação técnica foi motivado pela disponibilidade de recursos destinados pelo Senado Federal, no montante de 5 (cinco)

milhões de reais, angariados pelo Consórcio e recebidos, via emenda especial pelo Município de Caicó, para a construção da primeira etapa do aterro contemplando a execução da SUB Célula 1A do aterro sanitário de Caicó.

Dessa forma, o acordo de cooperação técnica está amparado no que dispõe o artigo 166-A da Constituição Federal, bem como no que prevê o artigo 116 da Lei nº 8.666/93, e se mostra de extrema relevância na medida em que busca solucionar a problemática da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos Municípios do Seridó, tendo em vista a conclusão dos projetos elaborados pela SEMARH.

Considerando o cenário atual, bem como os esforços do Consórcio e dos Municípios para a desapropriação das áreas do aterro e dos transbordos, os investimentos para a realização dos estudos ambientais para a elaboração do EIA/RIMA, a existência de licença ambiental de instalação, bem como as ações promovidas pelo Consórcio para o lançamento de edital de Parceria Público Privada, percebe-se que a cooperação técnica entre os órgãos envolvidos se mostra uma alternativa extremamente viável e necessária para dar início às obras do aterro sanitário.

Ademais, é importante destacar que as partes cooperantes respondem à demandas judiciais e necessitam apresentar resultados úteis quanto à solução da problemática da destinação inadequada dos resíduos sólidos que afeta toda a população dos Municípios da região.

Assim, notório o interesse recíproco entra as partes envolvidas em promover maior qualidade de vida à população da região do Seridó, ao iniciar o processo para construção do aterro sanitário que espera-se, ao final da conclusão das obras oriundas do presente acordo de cooperação, inicie sua operação através de concessionário privado que concorra ao edital de concessão do Consórcio e possa assumir o restante da construção do aterro sanitário e dos transbordos necessários para redução dos custos de transporte.

## 6. OBJETIVOS GERAL e ESPECÍFICOS

O Objetivo Geral do Acordo de Cooperação Técnica são as obras necessárias para a implantação da Sub- Célula 1ª, da primeira etapa do ATERRO SANITÁRIO DE CAICÓ, bem como das estruturas que deverão ser implantadas para dar funcionalidade ao objeto.

- I - Elaborar RAF e protocolar ASV junto ao IDEMA;
- II - Supressão Vegetal da área necessária para a instalação das estruturas mínimas para operação do aterro sanitário;
- III - Via de acesso, ligando a área do Aterro Sanitário à RN 288;
- IV - Cerca de contorno e portões;
- V - Via de acesso interna;
- VI - Portaria;
- VII - Balança;
- VIII - Prédio da Administração;
- IX - Sub-Célula 1A (contemplando os sistemas de drenagem de chorume, gases e águas pluviais);
- X - Lagoas de Chorume.

## 7. OBRIGAÇÕES

Os Partícipes possuem obrigações bem definidas no acordo de cooperação técnica, como se vê a

### **São obrigações do PRIMEIRO PARTÍCIPE:**

- Ceder ao Segundo e ao Terceiro Partícipe o projeto do aterro sanitário de Caicó para a sua execução, constando de projeto técnico (aterro sanitário e estruturas acessórias) e complementares (sondagens, fundações, estrutural, elétrico, hidráulico, sanitário, drenagem e proteção contra incêndio);
- Realizar o acompanhamento técnico das obras de implantação da Sub-Célula 1ª, da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;
- Garantir a presença dos demais partícipes em todas as publicidades institucionais, placas de obras e documentos referentes a execução das obras da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó; e
- Disponibilizar condições para cessão da Licença de Instalação (IDEMA nº [2020-154684/TEC/LI-0091](#)) do aterro sanitário de Caicó ao Segundo Partícipe, em condições de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa.

### **São obrigações do SEGUNDO PARTÍCIPE:**

- Elaborar o Plano de Trabalho, com o apoio técnico do Terceiro Partícipe, relativo aos objetivos desse Acordo de Cooperação Técnica;
- Adequar o orçamento elaborado pela SEMARH, com vistas a licitação da implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;
- Licitar e executar as obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;
- Receber e administrar os recursos financeiros, via transferência especial do orçamento da União, para a execução do objeto do Acordo de Cooperação Técnica;
- Submeter à SEMARH qualquer proposta de alteração do Projeto do aterro sanitário de Caicó, que somente poderá ser efetivada após a aprovação pelo Primeiro Partícipe e do IDEMA;
- Supervisionar a execução das obras da implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa aterro sanitário de Caicó;
- Garantir a presença dos demais partícipes em todas as publicidades institucionais, placas de obras e documentos referentes a execução das obras da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;
- Assegurar ao Estado do Rio Grande do Norte, através da SEMARH, o acompanhamento técnico da execução das obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa aterro sanitário de Caicó;
- Ficar responsável pela solicitação do pedido de Autorização de Supressão de Vegetação, via SINAFLOR, antes de realizar qualquer intervenção na área do empreendimento;
- Atender a todas as condicionantes da Licença de Instalação (IDEMA nº [2020-154684/TEC/LI-0091](#)) do aterro sanitário de Caicó, com o apoio do

terceiro participe, sem nenhum prejuízo ao primeiro participe.

**São obrigações do TERCEIRO PARTÍCIPE:**

- Disponibilizar a área do terreno do aterro sanitário, para uso coletivo, cuja imissão provisória na posse foi concedida ao Consórcio, através de decisão judicial, nos autos do Processo de Desapropriação nº 0101897-03.2018.8.20.0101, ainda em trâmite;
- Garantir a presença dos demais partícipes em todas as publicidades institucionais, placas de obras e documentos referentes a execução das obras de implantação da Sub-Célula 1A da primeira etapa do aterro sanitário de Caicó;
- Contribuir para a operacionalização da plataforma eletrônica, em especial, para a prestação de contas dos recursos aplicados.

Por fim, TODOS OS PARTÍCIPES terão presença garantida em todas as publicidades institucionais relacionadas com o objeto do acordo de cooperação.

**8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem vigência pelo prazo de 720 (setecentos e vinte) dias ou até a conclusão da obra, o que ocorrer primeiro, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado, a critério dos partícipes, por Termos Aditivos, desde que tal interesse seja manifestado, previamente e por escrito, em até 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

**9. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

A Unidade Responsável pelo acordo de cooperação técnica é a SEMARH, por ser o detentor dos projetos e pelo acompanhamento técnico que deverá realizar, e o Gestor será o Município de Caicó, por ser o participe que receberá os recursos e a quem competirá a realização da licitação e execução das obras.

**10. RESULTADOS ESPERADOS**

Espera-se, com o presente acordo de cooperação técnica, que a Sub-Célula 1A seja construída, assim como todas as infraestruturas necessárias para dar início à sua operação.

Além disso, espera-se que os Municípios possam enviar os seus resíduos para o aterro sanitário regional, logo após concluído o processo de concessão à iniciativa privada que deverá operar o aterro e investir na construção das demais células para atender as demandas dos Municípios consorciados.

Ao término do prazo do acordo, espera-se que todos os lixões/aterros controlados dos Municípios do Seridó estejam erradicados.

**11. DECLARAÇÃO**

Na qualidade de PARTÍCIPES, DECLARAMOS, para os devidos fins de prova que não há qualquer impedimento para a realização do acordo de cooperação técnica e que caso seja necessário serão realizados ajustes, com a autorização do PRIMEIRO PARTÍCIPE, para fazer cumprir com todas as ações previstas, na forma deste Plano de Trabalho, em conformidade com o Plano de Ação em anexo.

**PELO PRIMEIRO PARTÍCIPE**

**MARIA DE FÁTIMA BEZERRA**

Governadora

**PAULO LOPES VARELLA NETO**

Secretário de Estado/SEMARH

**PELO SEGUNDO PARTÍCIPE:**

**JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS**

Prefeito de Caicó/RN

**PELO TERCEIRO PARTÍCIPE:**

**SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS**

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região do Seridó/RN

11.1. As etapas ou fases previstas para sua execução terão o Plano de Ação:

**12. PLANO DE AÇÃO**

EIXOS		AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Autorização da Supressão Vegetal da área do Aterro Sanitário	Apresentação do pedido de licenciamento para supressão vegetal da área do empreendimento.	Município de Caicó	45 dias a contar da assinatura deste termo
		Emissão da licença de supressão vegetal por parte do Ibama.		90 dias
2	Condicionantes da Licença Ambiental de Instalação do Aterro Sanitário	Atendimento as condicionantes da licença ambiental		90 dias
		Publicação do edital para contratação da execução das obras de construção do aterro sanitário.		30 dias após a emissão da licença de instalação do aterro sanitário



3	Construção da Sub-Célula 1A	Contratação da empresa para execução das obras de construção do aterro.		60 dias apos a publicação do edital
		Execução das obras de construção do aterro sanitário.		365 dias a contar da assinatura do contrato
4	Edital de Concessão do Sistema Coletivo de Aterro Sanitário do Seridó	Conclusão do PMI em curso.	CIM SERIDÓ	90 dias a partir da entrega dos estudos prevista para 29/08/2023
		AGE para deliberação sobre resultado da avaliação do PMI.		Novembro/2023
		Envio do edital de Concessão do PMI ou do CIM SERIDÓ para análise dos órgãos de controle.		Dezembro/2023
		Lançamento do edital de concessão para consulta pública e audiências públicas.		Março/2024

Referência: Processo nº [02310024.003546](#)/2023-15

SEI nº 22417264